

ação ergonômica volume 7, número 3

RELATO DAS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS À ACESSIBILIDADE DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DA UFPB

Alana Pâmela Lira de Farias

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
alanapamela_lf@hotmail.com

Juliana Cavalcanti Lima Gomes

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
julianaclima1@hotmail.com

Flávia Maria Guimarães Marroquim

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura
fmarroquim@ig.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal da Paraíba, que impedem alunos, funcionários e visitantes com deficiências físicas e/ou mobilidade reduzida (com ênfase nas pessoas em cadeiras de rodas) de se locomoverem e utilizarem o edifício com conforto, segurança e autonomia, tendo como parâmetro a NBR 9050 de 2004. A metodologia fundamentou-se na Avaliação Pós-Ocupação (APO), através de levantamentos físicos, visitas, observações, entrevistas, registros fotográficos e realização de um passeio acompanhado com pessoa usuária de cadeira de rodas. Foram constatados que todos os percursos e espaços analisados, desde o passeio público e estacionamento até espaços internos da edificação (circulações internas horizontais e verticais, salas de aula, biblioteca e banheiros), apresentam algum problema relativo à acessibilidade, não garantindo um uso equitativo dos usuários. É fundamental que as universidades direcionem uma maior atenção quanto às novas implantações de edificações em seus campus, analisando a previsão no momento do projeto, de espaços e lugares sem barreiras de nenhum tipo, de forma a se garantir uma acessibilidade a todos - uma universidade realmente para todos.

Palavras chave: acessibilidade, avaliação pós-ocupação, barreiras arquitetônicas.

Abstract: *The aim of this study was to identify architectural barriers to the Juridical Sciences Center (CCJ), at Universidade Federal da Paraíba which prevent students, staff and visitors with reduced mobility and/or physical disability (with emphasis on people in wheelchairs) from movement around, and use of the building with comfort, security and autonomy. Our standard was NBR 9050, 2004. The methodology used Post-Occupancy Evaluation (POE), with physical survey, visits, observations, interviews, photographs and a conducting tour accompanied by a person using a wheelchair. It was found that all the pathways and spaces, from the promenade and parking lot to the internal spaces of the building (walkways, classrooms, library and restrooms), present problems with accessibility, thus inhibiting equal access to users. It is essential that universities pay more attention when building on campus by analyzing forecasted traffic at the time of design, providing space and place without barriers of any kind and ensuring accessibility to all - a university really for everyone.*

Keywords: *accessibility, post-occupancy evaluation, architectural barriers.*

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado o aumento da importância da acessibilidade e do Desenho

Universal com o crescimento do número de pessoas com deficiências físicas ou cognitivas, muitas ocasionadas pela idade mais avançada, assim como

pela conseqüente imposição de normas legais. Assim, a acessibilidade tem se tornado cada vez mais uma necessidade humana a ser atendida, um direito do cidadão.

Cambiaghi (2007:71) afirma que o conceito de Desenho Universal vem sendo utilizado de forma inadequada por inúmeros profissionais, “(...) simplesmente como sinônimo de aplicação de normas técnicas para tornar projetos acessíveis”, resultando muitas vezes em projetos pobres e com problemas de acessibilidade. Remetendo ao direito universal de ir e vir, acessibilidade é a capacidade do ambiente construído oferecer segurança e autonomia a qualquer pessoa que o utilize, independentemente de suas limitações (ELALI; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

Apesar da questão da acessibilidade ter despertado a sensibilidade de profissionais da construção do espaço habitado, essa problemática na cidade de João Pessoa ainda é tratada de forma secundária. Diversos estabelecimentos de ensino público da capital paraibana, responsáveis por formar cidadãos, não atendem aos princípios básicos do Desenho Universal na medida em que os ambientes não promovem as plenas condições de acesso, permanência e utilização.

A educação se constitui como direito fundamental e essencial ao ser humano e diversos são os documentos que comprovam esta afirmação, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece que “toda pessoa tem direito à educação”. No Brasil, segundo Mazzotta (1996), o processo educacional das pessoas com deficiência inicia-se a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/61, mas somente na LDB Lei nº 9.394/96 foi determinada a inserção do aluno com necessidades educativas especiais na rede oficial

de ensino ou em classes especiais, dependendo do caso. Dentro desse contexto, o acesso aos espaços de ensino deve ser assegurado, tanto quanto possível, sem discriminações ou exclusões, para todas as categorias de usuários (alunos, docentes e funcionários), sendo necessário considerar as características e exigências próprias dos cidadãos com necessidades especiais (COHEN; DUARTE, 2006).

Segundo Bittencourt et al (2010), as Instituições de Ensino, especialmente as de Ensino Superior (IES), poderiam atuar como importantes atores, ajudando a promover um maior grau de conscientização da sociedade para as questões relativas à acessibilidade. Ainda segundo os autores, em razão do caráter multiplicador que uma universidade deve exercer, é importante que ela sirva como um parâmetro de universalidade para os demais setores da sociedade, recebendo em seu espaço todos que desejem ter acesso a ela, independente de suas diferenças.

Assim, a partir do Decreto 3.298/99, as universidades brasileiras são obrigadas por lei a criar em seus espaços condições básicas de acesso e permanência às pessoas com deficiência. No entanto, verifica-se que muitas universidades vêm construindo novas edificações em seus campus sem cumprir com tal legislação, como é o caso do Campus I da Universidade Federal da Paraíba, onde se verificam diversas barreiras arquitetônicas em um Centro construído em 2008 - não oferecendo condições adequadas de acessibilidade aos seus alunos, professores, funcionários e visitantes.

Dessa forma, esse trabalho se justifica pela intenção de despertar uma maior atenção dos atuais e futuros profissionais envolvidos com esse tema, para que se façam cada vez mais cumprir o que deve ser

uma prática, ao se projetar ambientes escolares que se tornem acessíveis, com segurança e autonomia para todos os usuários.

2. OBJETIVO

O objetivo deste artigo é identificar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, que impedem alunos, funcionários e visitantes com deficiências físicas ou mobilidade reduzida (com ênfase nas pessoas em cadeiras de rodas¹) de se locomoverem e utilizarem o edifício com conforto, segurança e autonomia, tendo sempre como parâmetro o que é estabelecido na ABNT/NBR 9050 de 2004.

3. METODOLOGIA

A metodologia fundamenta-se na Avaliação Pós-Ocupação (APO), que diz respeito a uma série de métodos e técnicas que diagnosticam fatores positivos e negativos do ambiente no decorrer do uso, a partir da análise de alguns fatores, como funcionais, estéticos, comportamentais, conforto ambiental, dentre outros, levando em consideração o ponto de vista dos próprios avaliadores, projetistas e usuários (ROMERO; ORNSTEIN, 2003). O trabalho foi subdividido nas seguintes etapas metodológicas:

1. Levantamento da edificação original (através de visitas, observações, entrevistas informais com funcionários e alunos, além de registros fotográficos) e aplicação de planilha de avaliação de acessibilidade elaborada pelo

Ministério Público do Rio Grande do Norte (2007);

2. Análise comparativa entre os levantamentos físicos e fotográficos com as recomendações da ABNT/NBR 9050/2004;
3. Realização de passeio acompanhado com uma pcr, associada da ASPADEF (Associação Paraibana de Deficientes) – já que o Centro não possui atualmente nenhum aluno matriculado ou funcionário com deficiência;
4. Elaboração de diagnóstico final.

Este artigo corresponde parte do trabalho realizado no âmbito da disciplina Estágio Supervisionado V do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba realizada por duas das autoras.

4. O CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS / UFPB

O edifício em estudo é o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), parte do complexo da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, localizado na cidade de João Pessoa. O projeto, concebido por um arquiteto da capital paraibana, foi concluído em outubro de 2006 e a execução desta obra teve início em janeiro de 2007, com conclusão em setembro de 2008 (Figuras 1 a 7).

¹ Neste trabalho será utilizada a abreviatura pcr, significando pessoa em cadeira de rodas.



Figura 1 - Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal da Paraíba. Fonte: <http://www.ccj.ufpb.br/>



Figura 1 - Área de estacionamento do CCJ e auditório ao fundo. Fonte: Acervo do grupo, 2010.



Figura 5 - Pátio descoberto. Fonte: Acervo do grupo, 2010.



Figura 3 - Área de estacionamento do CCJ e auditório ao fundo. Fonte: Acervo do grupo, 2010.



Figura 6 - Pátio coberto. Fonte: Acervo do grupo, 2010.



Figura 4 - Área de estacionamento do CCJ e auditório ao fundo. Fonte: Acervo do grupo, 2010.



Figura 7 - Corredores do bloco do CCJ. Fonte: Acervo do grupo, 2010.

O CCJ se destaca na paisagem dos Centros de Ensino da UFPB pela sua arquitetura diferenciada das demais edificações de seu entorno. Cercado de

uma paisagem bastante arborizada, a edificação foi implantada em "L", com fachadas ladrilhadas, panos de vidro em alguns trechos e uma grande área de convívio, sendo parte dela coberta e outra parte exposta ao sol, delimitada por pilares de concreto, numa releitura do que seria um 'propileu grego'.

A estrutura física do CCJ é constituída de: no pavimento térreo tem-se a biblioteca, auditório, salas administrativas (salas dos professores, secretarias e

departamentos) e área de apoio (almoxarifado, copa e banheiros); no pavimento superior, localizam-se as salas de aula graduação, salas de aula de pós-graduação e área de apoio (diretório acadêmico, sala de xerox e banheiros). Conta ainda com estacionamento, pátio descoberto e coberto, além das áreas de circulação (corredores, escadas e rampas) (Fig. 8).

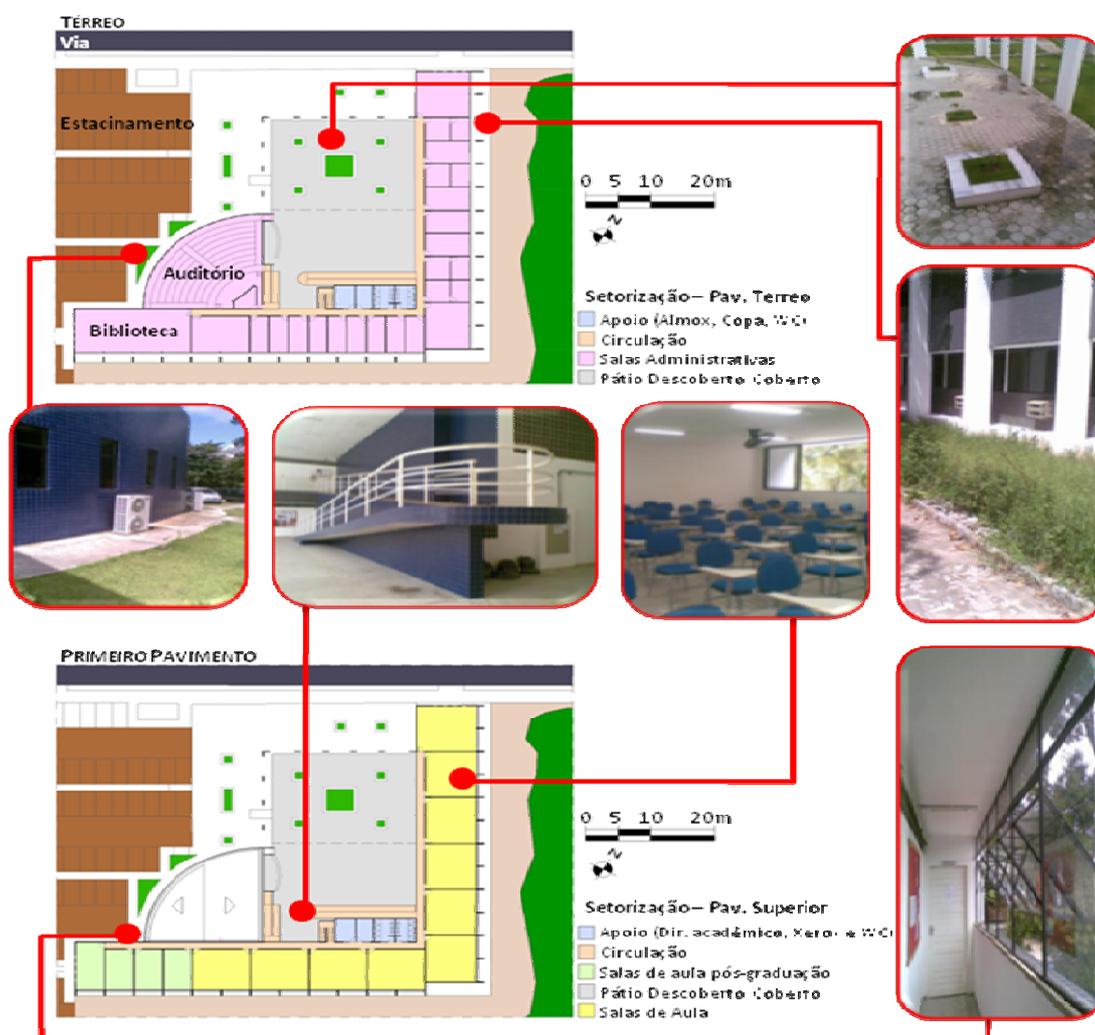


Figura 8 – Setorização do pavimento térreo e do primeiro pavimento do CCJ/UFPB. Fonte: Arquivo da Prefeitura Universitária - UFPB, modificado pelas autoras. Acervo do grupo, 2010.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

Para uma melhor compreensão da situação do CCJ em relação à acessibilidade (com ênfase nas

peças usuárias de cadeiras de rodas) foram definidos os seguintes espaços para análise: acesso ao edifício e estacionamento; circulações internas (horizontal e vertical); salas de aula; biblioteca e banheiros. Esses espaços foram analisados, primeiramente em relação ao que diz a ABNT/NBR 9050/2004 e posteriormente, foram analisados em conjunto com as percepções adquiridas pelo passeio acompanhado com a usuária de cadeira de rodas. Vale salientar que apesar deste trabalho enfatizar o aspecto da acessibilidade para pessoas que utilizam cadeiras de rodas, para que se alcance uma acessibilidade integral é necessário que o edifício atenda plenamente aos princípios básicos do Desenho Universal independentemente do tipo de deficiência da pessoa.

5.1 Acesso ao Edifício e Estacionamento

Os passeios públicos do entorno do edifício, além de não possuir faixa livre para pedestre com

largura mínima de 1,20m, alguns obstáculos foram encontrados, como árvores e postes de iluminação (Fig. 10). Apesar do piso não ser plenamente regular por conta das raízes das árvores, a pcr não se queixou quanto a esse aspecto (Fig. 11); nenhum piso tátil de alerta e direcional foi encontrado. A faixa de pedestre elevada que poderia deslocar uma pcr do CCJ a parada de ônibus através de uma rota acessível se encontra um pouco mais distante do edifício.

No entorno do edifício foram encontradas 06 rampas (em vermelho Fig. 9) - todas sem nenhuma sinalização e com inclinações acima da máxima recomendada pela Norma de 8,33% (rampas 1 e 2- da rua ao CCJ, com 18,18%; rampas 3 e 4 - do estacionamento a passarela do CCJ, com 20% e rampas 5 e 6 - da passarela ao pátio descoberto, com 42,55% e 55,55%, respectivamente). Quanto à largura mínima dessas rampas todas estão dentro do recomendado (mínimo de 1,20m).

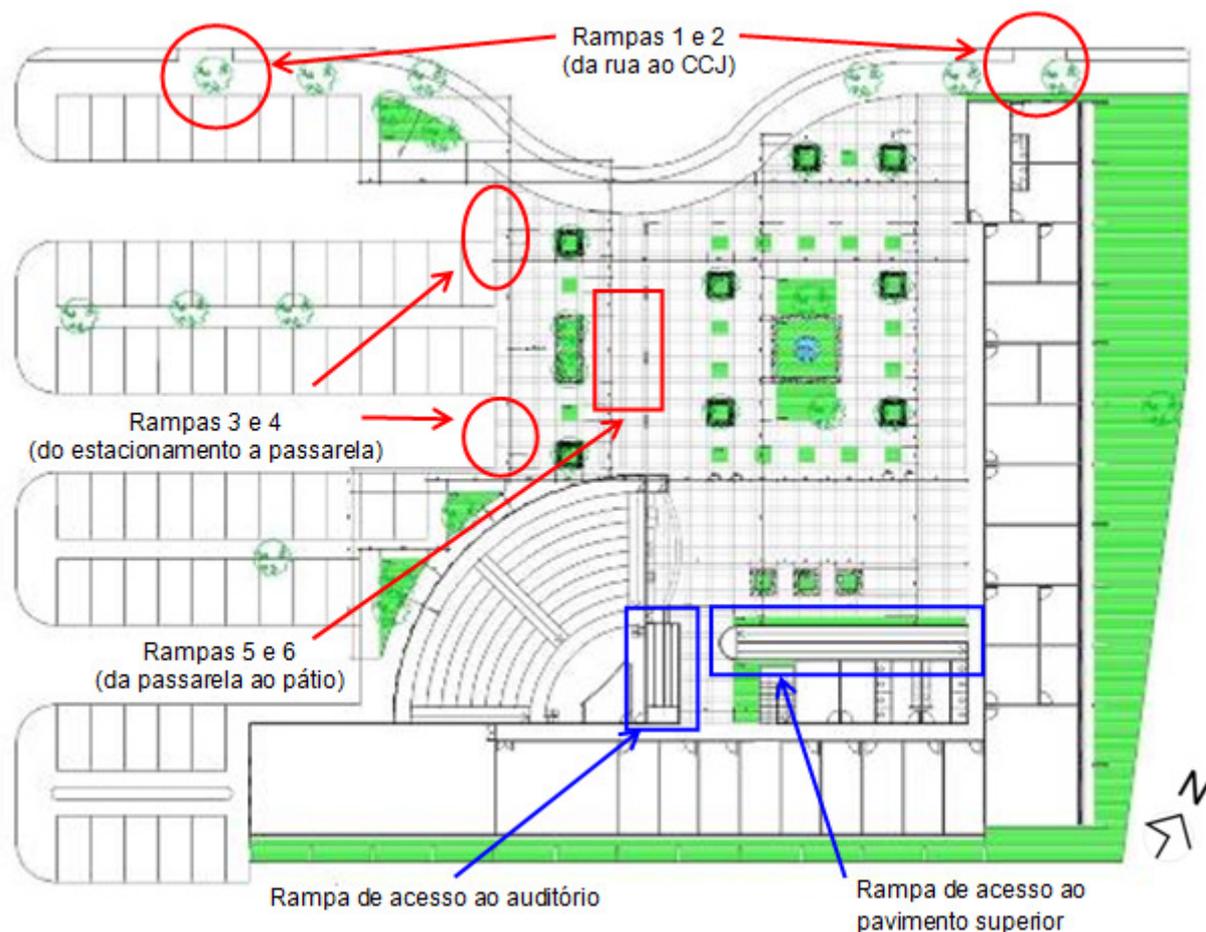


Figura 9 – Localização das rampas que dão acesso ao edifício (em vermelho) e das circulações internas verticais do CCJ (em azul). Adaptado pelas autoras.



Figura 10 - Obstáculos encontrados como árvores e postes de iluminação. Fonte: Acervo do grupo, 2011.



Figura 11 - Irregularidade do piso devido às raízes das árvores. Fonte: Acervo do grupo, 2011.

Apenas nas rampas 3 e 4 a pcr conseguiu vencer a subida e descida sem o auxílio de acompanhante, porém para isto foi necessário um pouco de esforço físico da mesma (Fig. 13); nas

demais o auxílio sempre foi necessário (Fig. 12 e 14). Verificou-se nas rampas 1 e 2, que além da inclinação inadequada, o desnível da sarjeta (rebaixo entre o meio fio e a pavimentação asfaltada, por onde corre as águas pluviais) impediu tanto a descida quanto a subida da pcr, devido ao travamento dos pés nesse desnível (Fig. 12).



Figura 12 - Pessoa em cadeira de rodas tentando vencer a rampa 2 (da rua ao CCJ). Fonte: Acervo do grupo, 2010.



**Figura 13 - Pessoa em cadeira de rodas tentando vencer rampa 4 (do estacionamento a passarela).
Fonte: Acervo do grupo, 2010.**



**Figura 14 - Pessoa em cadeira de rodas tentando vencer a rampa 5 (da passarela ao pátio descoberto).
Fonte: Acervo do grupo, 2010.**

Quanto ao estacionamento do CCJ, não foi encontrada nenhuma vaga destinada a pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. E quanto ao piso do estacionamento, a pcr queixou-se da irregularidade e trepidação da pavimentação, já que este é de paralelepípedos (Fig. 15 e 16).



Figuras 15 e 16 – Pessoas em cadeira de rodas percorrendo o estacionamento em direção ao seu carro; estacionado em vaga comum. Acervo do grupo, 2010.

5.2 Circulações Internas (Horizontal e Vertical)

Quanto às circulações horizontais, os corredores do edifício possuem 1,20m de largura (muitas vezes em percursos superiores a 10 metros) e em alguns trechos essa medida é reduzida para 1,00m ou menos, devido à presença de shaft ou bebedouro (não adaptado a pcr) – recomenda-se no mínimo 1,20 m de largura.

Mesmo com dimensões mínimas, a pcr conseguiu realizar o percurso em todos os espaços de passagens (pátios e corredores do pavimento térreo e superior), mas de uma maneira nada confortável tanto para a pcr quanto para os demais usuários (as paredes apresentam uma superfície irregular, arranhando a pele dos alunos quando em contato). As maiores dificuldades foram: nos momentos de fluxo de pessoas pelo mesmo corredor que dá acesso às salas de aula e nas curvas dos corredores (Fig. 17 e 18). Para fazer a manobra da cadeira de rodas sem deslocamento (apenas rotação) a pcr conseguiu realizar o movimento com o espaço mínimo recomendado, na ausência de fluxo de pessoas - Norma recomenda dimensões de 1,50 x 1,20m para rotação de 180° (Fig. 19).



Figura 17 - Pessoa em cadeira de rodas percorrendo os corredores do CCJ e encontrando as dificuldades, como pessoas. Fonte: Acervo do grupo, 2010.

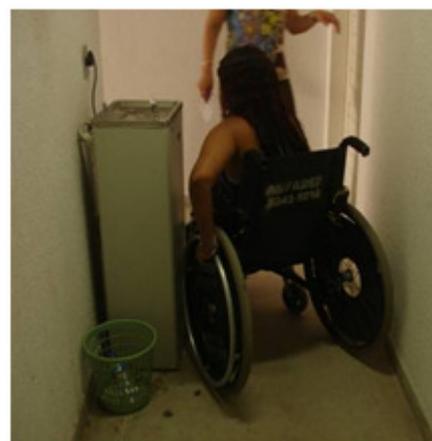


Figura 18 - Pessoa em cadeira de rodas percorrendo os corredores do CCJ e encontrando as dificuldades como bebedouro. Fonte: Acervo do grupo, 2010.



Figura 19 - Pessoa em cadeira de rodas realizando a manobra no corredor de 1,20m de largura. Fonte: Acervo do grupo, 2010.



Figura 20 - Pessoa em cadeira de rodas percorrendo os dois lances de rampa que dá acesso ao primeiro pavimento do CCJ. Acervo do grupo, 2010.

Quanto às circulações internas verticais, o edifício possui duas rampas (uma de acesso ao auditório e outra ao pavimento superior) além de uma escada enclausurada com 1,20m de largura. Com relação à rampa que dá acesso ao pavimento superior (em azul Fig. 9), única possibilidade de uma pcr ter acesso ao 1º andar, esta apresenta largura de 1,27m, um pouco maior que o mínimo admissível de 1,20m; já o raio do patamar apresenta dimensão inferior ao recomendado pela Norma. A rampa possui inclinações inadequadas para ser utilizada com autonomia e segurança, com 8,78% (lance 1) e 10,52% (lance 2) de inclinação; a pcr apenas conseguiu realizar a descida sozinha, sendo perceptível o esforço da usuária para controlar a velocidade da cadeira e não esbarrar com uma aluna (Fig. 20, 21 e 22).



Figura 21 - Pessoa em cadeira de rodas percorrendo os dois lances de rampa que dá acesso ao primeiro pavimento do CCJ. Acervo do grupo, 2010.



Figura 22 - Pessoa em cadeira de rodas percorrendo os dois lances de rampa que dá acesso ao primeiro pavimento do CCJ. Acervo do grupo, 2010.

Já na rampa que dá acesso ao auditório (em azul Fig. 9), a largura útil encontrada (1,08m) é menor ao mínimo recomendado pela Norma, e as inclinações também estavam inadequadas: 10,43% (lance 1) e 13,70% (lance 2); nesta rampa a pcr apenas conseguiu realizar sozinha a descida e a subida do primeiro lance (Fig. 23, 24 e 25).

Os corrimãos das rampas internas do edifício não estão de acordo com a Norma, que recomenda: seção circular entre 3 e 4,5cm, prolongamento de 0,30m antes do início e após o término das rampas, extremidades curvadas, existência de um espaço livre entre parede e o corrimão, de no mínimo 4cm, e que seja duplo e contínuo nos dois lados da rampa, com alturas de 0,70m e 0,92m.

O piso de todas as circulações internas do edifício é em granilite, material que apesar de ser regular, estável e não trepidante, não apresenta características apropriadas para ser considerado um piso antiderrapante; no piso das rampas, encontram-se algumas faixas com tratamento áspero para tornar o material antiderrapante. Não há faixa de piso tátil direcional e nem de alerta no piso dos corredores e das rampas.



Figura 23 - Pessoa em cadeira de rodas percorrendo os dois lances de rampa que dá acesso ao auditório do CCJ. Acervo do grupo, 2010.



Figura 24 - Pessoa em cadeira de rodas percorrendo os dois lances de rampa que dá acesso ao auditório do CCJ. Acervo do grupo, 2010.



Figura 25 - Pessoa em cadeira de rodas percorrendo os dois lances de rampa que dá acesso ao auditório do CCJ. Acervo do grupo, 2010.

5.3 Salas de Aula

Nas salas de aula, verificou-se que todas as portas estão em conformidade com a Norma (vão livre de 0,80m e altura de 2,10m; e maçanetas do tipo alavanca instaladas a altura de 0,90 a 1,10m); o comando de abertura das janelas não é do tipo pressão ou alavanca e nem encontra-se em altura que permite o alcance manual da pcr; mas a altura do peitoril das mesmas permite o alcance visual da pcr (1,15m). Não foi encontrado nenhum espaço destinado a pcr, e muito menos cadeira adaptada para

o estudante. Nesses ambientes a pcr teve algumas dificuldades no percurso, como de afastar o mobiliário existente do caminho – situação bastante incômoda (Fig. 26, 27 e 28).



Figura 26 - Porta de sala de aula com vão livre de 0,80m. Acervo do grupo, 2010.



Figura 27 - Pcr afastando mobiliário para transitar livremente pela sala. Acervo do grupo, 2010.



Figura 28 - Pcr afastando mobiliário para transitar livremente pela sala. Acervo do grupo, 2010.

5.4 Biblioteca

Na biblioteca, apesar de estar localizada no pavimento térreo, a largura da porta não está de acordo com a recomendada pela Norma, pois apresenta duas folhas e ambas inferiores a 0,80m de vão livre (Fig. 29). Neste ambiente, o maior inconveniente foi com relação à dificuldade de passagem pela lateral do balcão de atendimento até chegar às estantes de livros, se ali houver certa quantidade de pessoas, como ocorreu na oportunidade do passeio (Fig.30). O balcão de atendimento possui mais de 0,90m de altura e não permite que o a pcr avance sob o balcão, pois não apresenta nenhuma extensão com altura livre de 0,73m do piso.

A distância entre as estantes é maior que o mínimo recomendado (0,90m de largura) permitindo tranquilamente o percurso da pcr. Quanto à altura dos livros, das cinco prateleiras a pcr alcançou até a 4ª prateleira de livros (recomenda-se faixa de alcance manual de 1,20m) (Fig. 31).

Quanto às estações de estudo, mesmo sem existir mobília apropriada a esse público alvo, a pcr

mostrou-se satisfeita com a possibilidade de aproximar-se suficientemente da mesa para realizar a atividade desejada.



Figura 29 - Pessoa em cadeira de rodas abrindo as duas portas de acesso à biblioteca. Acervo do grupo, 2010.



Figura 30 - Pessoa em cadeira de rodas passando pelo balcão de atendimento. Acervo do grupo, 2010.



Figura 31 - Pessoa em cadeira de rodas percorrendo o corredor das estantes de livros. Acervo do grupo, 2010.

5.5 Banheiros

Os banheiros foram os ambientes mais problemáticos quanto à acessibilidade a pcr, comprovado após a realização do passeio acompanhado. Apesar da pcr ter realizado todas as atividades sozinha, estas não foram executadas com conforto e segurança pela mesma. Existem banheiros acessíveis, tanto no pavimento térreo quanto no superior, porém sua entrada não é independente dos sanitários coletivos, já que se trata de uma edificação de uso público que foi projetada e não adaptada (Fig. 32).

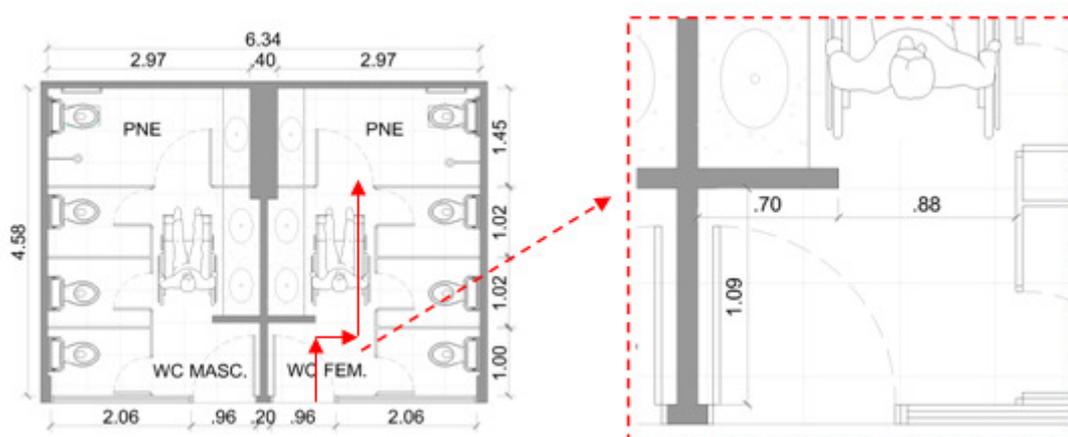


Figura 32 – Planta baixa do banheiro do CCJ com destaque para cabina acessível. Levantamento feito pelas autoras, 2010.

As barreiras arquitetônicas já iniciam no percurso da entrada do banheiro até a cabina de pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida (Fig. 33): dimensões exíguas na entrada para realizar manobra na cadeira, corredor com largura permitindo apenas a passagem da pcr, porta do boxe acessível para dentro da cabina e sem barra horizontal (mínima de 0,40m) afixada na parte interna da porta (Fig. 34), área da cabina menor que a recomendada por conta da abertura da porta para dentro, barras de apoio com dimensões inferiores às recomendadas e instaladas

em alturas e distâncias diferentes das recomendadas (Fig. 35), lavatório sem barras de apoio e com torneira sem ser acionada por alavanca (apesar de estar dentro da distância recomendada - no máximo a 0,50 m da face externa frontal do lavatório e possuir altura livre de 0,73m) (Fig. 36). Nenhuma barra de apoio dista 4cm da parede e nem possui seção circular entre 3,5 e 4,5cm de diâmetro. O piso é de cerâmica comum 0,40 x 0,40m, sem nenhuma característica antiderrapante.

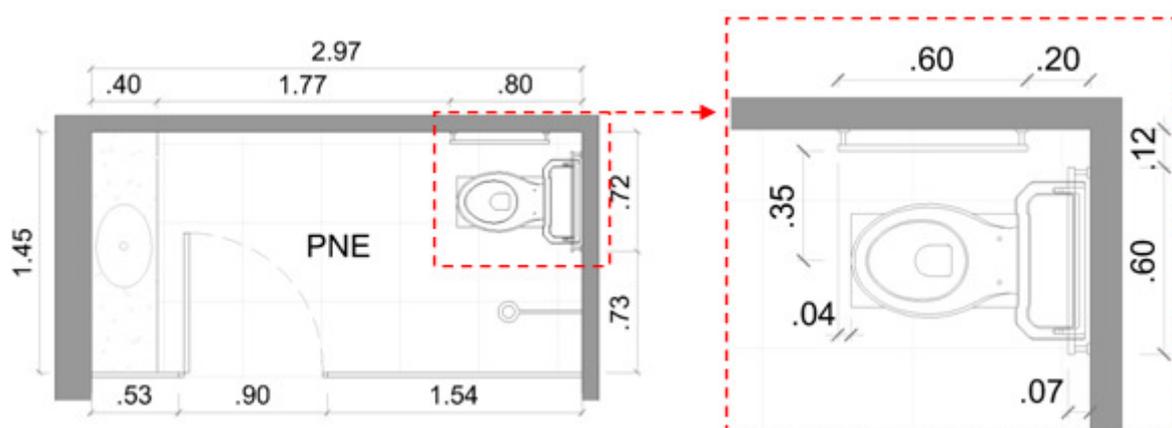


Figura 33 – Destaque para cabina acessível do banheiro do CCJ. Levantamento feito pelas autoras, 2010.

Ainda com relação aos banheiros, devido à falta de sanitários destinados aos funcionários do CCJ e a pouca quantidade de depósitos na edificação, a cabina destinada às pessoas com deficiência é reservada para esses fins; com essa adaptação, foi necessário improvisar um chuveiro ao lado da bacia (Fig. 36).



Figura 34 - Pessoa em cadeira de rodas entrando na cabina acessível. Acervo do grupo, 2010.



Figura 35 - Barras de apoio fora das distâncias e alturas recomendadas. Acervo do grupo, 2010.



Figura 36 - Lavatório sem barras de apoio e servindo de depósito. Acervo do grupo, 2010.

6. CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, foram constatados diversos pontos negativos no edifício do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB quanto à acessibilidade, seja pela falta de planejamento ainda na etapa projetual, seja pela má execução dos detalhes construtivos do projeto, tornando o bloco muitas vezes sem possibilidade de ser utilizado com segurança e autonomia por pessoa em cadeiras de rodas, principal alvo deste trabalho.

Através da experiência de realizar um passeio acompanhado, pôde-se perceber que mesmo com o não cumprimento às recomendações da ABNT/NBR 9050/2004, como nas rampas, nas salas de aula, na biblioteca e principalmente no banheiro, a pessoa conseguiu o acesso, a permanência e até a sua utilização, porém muitas vezes (ou sempre), isso era obtido apenas com esforço físico e constrangimentos sobre suas capacidades e habilidades, indo de encontro ao que realmente prevê o Desenho Universal – que a edificação possa ser utilizada por

qualquer pessoa, proporcionando independência, conforto e segurança.

Todos os percursos e espaços analisados neste trabalho, desde o passeio público e estacionamento até espaços internos, apresenta algum problema relativo à acessibilidade, não garantindo um uso equitativo dos usuários. Muitos dos problemas poderiam ser evitados caso houvesse uma preocupação prévia por parte de projetistas e executores com a questão da acessibilidade, através da adoção dos princípios básicos de Desenho Universal. Nas salas de aula e biblioteca os problemas são mais fáceis de serem solucionados, por envolverem mobiliários e outros aspectos de menores custos financeiros (porta com vão livre menor que 0,80m de largura e balcão de atendimento com altura inapropriada para pcr).

Por se tratar de uma instituição de ensino superior, a falta de acessibilidade do edifício em estudo torna-se ainda mais grave, por causar exclusão e distanciamento daqueles que já sofrem com dificuldades de inserção na sociedade à educação, que é base da formação de qualquer ser humano. Infelizmente, verifica-se que muito as universidades têm de fazer para mudar esse quadro. De imediato, é fundamental que as universidades direcionem uma maior atenção quanto às novas implantações de edificações em seus campus, analisando a previsão no momento do projeto, de espaços e lugares sem barreiras de nenhum tipo, de forma a se garantir uma acessibilidade a todos - uma universidade realmente para todos.

7. REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050. (2004). Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro.

BITTENCOURT, L. S.; SOUZA, F. A. M. de; BRANDÃO, L. F. L. M.; PEIXOTO, G. V. (2010). Acessibilidade e Cidadania: o relato da experiência de adaptação do Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas às Normas de acessibilidade. In: ALMEIDA PRADO, A. R.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. (orgs.). Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, p. 245-252.

BRASIL. DECRETO N° 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048 , de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. DECRETO N° 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

CAMBIAGHI, S. Desenho Universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: SENAC, 2007.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. (2006). Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental. In: NUTAU, 6., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FUPAM.

ELALI, G. A.; ARAÚJO, R. G. de; PINHEIRO, J. Q. (2010). Acessibilidade Psicológica: Eliminar barreiras “físicas” não é suficiente. In: ALMEIDA PRADO, A. R.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. (orgs.). Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, p.117-127.

MAZZOTTA, M. J. S. (1996). Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n° 4.024/1961.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n° 9.394/1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE. (2007). Acessibilidade: projetando e construindo cidadania. Cartilha de orientação. Organização Rebecca Monte Nunes Bezerra et al. Natal.